



21º Congresso de Iniciação Científica

**OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EM PIRACICABA: A FAMÍLIA COMO UM DIREITO**

Autor(es)

JÉSSICA THAIS DA SILVA

Orientador(es)

TELMA REGINA DE P SOUZA

Apoio Financeiro

FAPIC/UNIMEP

Resumo Simplificado

Neste trabalho, buscamos discutir o histórico das políticas públicas e a construção da assistência social como uma política de direito no Brasil. Vimos que o processo histórico de ambas se entrelaça na dinâmica da produção de uma sociedade historicamente injusta. A mudança das condições econômicas e do modelo de produção em meados do século 20 deu espaço a um Estado autoritário e centralizador. A política era sempre favorável a aqueles que pudessem oferecer seu trabalho em troca de certa inclusão social ou para manter o controle social, impedindo a oposição dos excluídos. Tempos depois, na década de 80, incomodados com as condições do país e impulsionados pela sede de mudança do modelo governamental, ocorreram intensas mobilizações populares que acarretaram na produção de uma nova Constituição Federal, em 1988. Esta trouxe a universalidade dos direitos e, no caso da assistência social, o direito à proteção social para quem dela necessite. Desde então, a assistência social busca superar seu sentido caritativo para de fato exercer seu papel como política social pública. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é uma política social pública que idealiza a superação do histórico assistencialismo no Brasil, marcado por um forte clientelismo na relação da sociedade com o Estado. Com o objetivo de I - Identificar os projetos/programas de proteção social dirigidos à criança e ao adolescente realizados em Piracicaba e descrever suas características; e II – Analisar esses Projetos com base nos parâmetros institucionais-normativos e políticos da assistência social, nossa pesquisa sistematizou os dados de todas as entidades registradas nos Conselhos da Assistência (CMAS) e dos direitos da criança e do adolescente (CMDCA) de Piracicaba. Realizamos pesquisa documental com metodologia quanti e qualitativa. Quanto aos resultados, pudemos ver que a Política de Assistência, enquanto prática, ainda está em construção, portanto ainda depende da sociedade civil para sua execução, o que pode ser observado na predominância de atividades realizadas pela iniciativa privada. Os recursos para a execução desses serviços, ainda provem, em sua maioria, de fundo privado, mas os números apontam um investimento público nesta área, chegando a representar 90% do recurso de determinada entidade. Na análise qualitativa, após a construção dos parâmetros analíticos, que considerou critérios históricos, políticos, econômicos e sociais e documentos normativos, buscamos identificar nos dados coletados a presença, ou não, dos princípios ontológicos, metodológicos, axiológicos e ideológicos que identificamos nos textos normativos. Pudemos identificar uma certa proximidade aos analisarmos os objetivos das entidades e das atividades que desenvolvem, mas nem sempre foi possível identificar se esses objetivos são atendidos na realização das atividades. Entendemos que é necessária uma avaliação qualitativa das ações das entidades.